

Editorial

REGINA MARQUES

regina.marques@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Como dissemos no primeiro número, a Revista Medi@ções pretende ser um espaço para o pensamento interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar – um mapa de abordagens sociais, artísticas, educativas, filosóficas e políticas em que a discussão e a investigação navegam no nosso tempo. A revista pretende ser um território de reflexão teórica sobre a prática e a experiência, *coisa múltipla e una*, alicerçada no nosso quotidiano e nos sonhos como docentes, num ensino superior politécnico que - da educação às artes, da comunicação social ao desporto - somos responsabilizados por fazer. Respon-

sabilizados, não tanto porque nos cai em cima um qualquer garrote da avaliação, mas por dever ético-profissional. É sob a égide da ética profissional que nasce a preocupação com a profissionalidade.

O debate actual sobre as identidades é entusiasmante e de grande densidade política. A questão da profissionalidade remete para aspectos de identidade profissional que também nos impõem questionamentos vários sobre a qualidade da educação, bem como sobre as condições para o exercício de uma profissão - desde a preparação

académica até ao serviço que se presta à comunidade, desde logo à comunidade estudantil.

A temática deste número prende-se exactamente com esse tema que os diferentes autores tratam sob diferentes ângulos de abordagem. O texto de Agostinho Reis Monteiro, intitulado " Profissão e suas refrações", situa as possibilidades que a terminologia envolve, uma questão que também a narrativa de Ana Bela Silva discute no âmbito das competências mais ou menos restritas do (a) educador (a) de infância, cuja vivência histórica como profissional continua com ambiguidades consagradas, de resto, no próprio texto legal oriundo do Ministério da Educação.

Numa outra linha, estão os textos de Fernanda Botelho e outras, ou ainda os de Margarida Rodrigues ou de Helena Camacho que articulam o desenvolvimento profissional dos docentes com as competências técnico-científicas que se devem propor na formação inicial ou contínua para o exercício da profissão docente. Neles se equacionam as conexões problemáticas do saber teórico-prático com as relações de poder e com o poder, com a ética profissional da liberdade e da

responsabilidade social, trazendo exemplos muito concretos de formas de trabalho que contribuem para uma atitude de reflexividade.

Em vários textos, são sublinhadas as profundas alterações sócio-económicas do tecido produtivo, social e cultural que contribuíram para uma abertura da formação a novas áreas do saber que, por um lado provocou uma evolução significativa das nomenclaturas das profissões, como é o caso da profissão do(a) animador(a) ou do conselheiro do consumo ou ainda do profissional do audiovisual, e, por outro, também conduziu a uma geração de profissionais com carreiras, competências e estatutos profissionais mal definidos ou indefinidos mas em busca de um espaço próprio de intervenção e de identidade. Sem dúvida que toda estas novas profissões têm hoje algum reconhecimento universal mas estão longe de, no plano nacional, verem os seus desempenhos reconhecidos e generalizados. Os Códigos de ética e/ou Códigos deontológicos que tão bem definem e balizam as actuações profissionais dos médicos, dos advogados, dos engenheiros ou dos jornalistas estão longe de terem os seus correspondentes em profissões como a dos professores, educadores ou animadores, para falar apenas destes. E isto sucede, apesar de se

conhecerem algumas orientações, recomendações e mesmo declarações de entidades idóneas e insuspeitas como o Conselho da Europa, a UNESCO, ou a ONU que assentam as suas teses, em geral, na Declaração Universal dos Direitos Humanos ou na Carta das Nações Unidas, documentos universais que datam de décadas. Por exemplo, é significativo o interesse por esta temática da profissionalidade, que se alarga a trabalhadores da cultura e da educação, quando a Conferência Geral da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura, na sua 21ª sessão, realizada em Belgrado, aprova, em 27 de Outubro de 1980, uma recomendação para que seja revisto o estatuto do artista. Nos termos dessa recomendação, a revisão do estatuto do artista pressupunha que se viesse a reconhecer a todo o artista o direito a ser considerado como um trabalhador cultural, e como tal passasse a ter direito à protecção e à segurança social e a ver melhoradas as suas condições de trabalho, sempre preservando a sua inspiração criadora e a sua liberdade de expressão.

Volvidos trinta anos, a profissionalidade está mais uma vez na ordem do dia do discurso oficial. O tema "Desenvolvimento profissional e reconhecimento social" esteve presente na Conferência per-

manente do Conselho da Europa dos Ministros da Educação, realizada na sua 23ª sessão em Ljubljana, Eslovénia, nos dias 4 e 5 de Junho deste ano 2010. Na introdução ao tema, Pascale Mompoint-Gaillard, uma das convidadas pelo Conselho da Europa, acentuava que o êxito da educação depende fortemente da profissão de professor, e acrescentava "as questões de estatuto e de reconhecimento (económico e social), de aperfeiçoamento profissional e de condições de trabalho são essenciais para desenvolver as capacidades dos professores em assumirem as suas responsabilidades em matéria de educação nas sociedades democráticas duráveis", sendo que "a formação dos professores ocupa um lugar cada vez mais importante mas é também cada vez mais exigente". Em jeito de síntese, concluía que "a formação e o reconhecimento do seu papel profissional deverão evoluir para nos permitir fazer face aos desafios que se põem actualmente aos sistemas educativos europeus". Um reconhecimento social que a autora não desliga de um reconhecimento em termos de estatuto e de imagem da profissão e um reconhecimento que deveria ter a forma de incentivos económicos e sociais. No quadro desta Conferência de Ministros da Educação que vimos referindo, a autora levantava a questão de que se exigiria que as políticas deveriam

incidir na melhoria dessa imagem para atrair os bons candidatos e guardar na profissão os bons professores, já que a sociedade de hoje desvaloriza a profissão docente e não lhe atribui justo valor, levando exactamente a que a profissão de professor tenha uma certa imagem negativa e não goze de prestígio social.

A evolução tecnológica a que se assistiu nas ciências empresariais, nas ciências da saúde, nas ciências sociais e da educação e a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação, ou o reconhecimento de que há que desenvolver estratégias de valorização das experiências e das competências adquiridas ao longo da vida são assuntos dos mais pertinentes na actualidade, justificando-se uma grande atenção a tais domínios como objectos de investigação. Vários autores abordam de forma mais ou menos específica estas questões nos territórios de aprendizagem ou de reflexão em que se movem, mas é a natureza da sua transversalidade que aqui sublinhamos e não a sua eventual fragmentação. A inovação, estamos em crer, nascerá da leitura e da interpretação transversal que as diversas propostas suscitarem nos leitores.

Mas a Revista está aberta a vários tipos de textos e como tal as produções científicas que se vão fazendo ao longo da prática de uma

formação ligada à vida têm aqui todo o cabimento. Por isso mesmo, os três textos inéditos proferidos na ESE/IPS sobre “Literatura e Educação” são parte da paisagem de interesses múltiplos de um profissional e constroem naturalmente esse saber profissional que torna qualquer profissional, seja qual for a sua habilitação própria ou específica, seja qual for a vertente maior da sua actividade, um profissional competente. Uma competência associada à qualidade. Uma qualidade associada à ética que, quanto a nós, pode ser validada hoje pelo princípio spinoziano da força afirmativa (sem qualquer presunção de transcendência do professor ou do técnico, porque este é de facto humano). Esta força afirmativa que é muito poderosa porque torna possível a emergência do desejo da alegria como potência de vida no presente. É pois na base deste princípio ético que vemos frutuosa esta associação da leitura e do prazer da leitura à profissão sobretudo no ensino superior politécnico. Põe-se neste número em prática uma ética à qual qualquer profissional competente se compromete ao exercer uma actividade profissional, que afinal as suas competências não se limitem ao estritamente técnico, mas saibam absorver e disseminar o gosto pela diversidade cultural, pela beleza do relacional e pela estética do humano.